



**EMENDA Nº – CM**  
(à MPV nº 685, de 2015)

Os arts. 7º e 12º da Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O conjunto de operações realizadas no ano-calendário anterior que envolva atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo poderá ser declarado pelo sujeito passivo à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até 30 de setembro de cada ano, para o fim de assegurar os efeitos previstos no artigo 9º, quando:

I - os atos ou negócios jurídicos praticados não possuírem razões extratributárias relevantes;

II - a forma adotada não for usual, utilizar-se de negócio jurídico indireto ou contiver cláusula que desnature, ainda que parcialmente, os efeitos de um contrato típico; ou

III – houver dúvida do contribuinte sobre os efeitos tributários decorrentes dos atos e negócios jurídicos de que trata o caput.

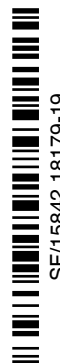
Parágrafo único. O sujeito passivo apresentará uma declaração para cada conjunto de operações executadas de forma interligada, nos termos da regulamentação.

Art. 12. A ocorrência de alguma das situações previstas no art. 11 caracteriza omissão dolosa do sujeito passivo com intuito de sonegação ou fraude e os tributos devidos serão cobrados acrescidos de juros de mora e da multa prevista no § 1º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

**Justificação**

A Constituição Federal assegura aos contribuintes a autonomia privada e a liberdade negocial, de modo que eles possuem liberdade para organizar seus negócios da forma como consideraram mais adequada, dentro dos limites fixados pela lei. A imposição aos contribuintes da obrigação de declarar para a fiscalização suas operações constitui uma indevida intromissão do Estado nos negócios do contribuinte, um evidente cerceamento de sua liberdade de auto-organização.

Assim, a declaração das operações realizadas pelo contribuinte para a fiscalização não deve ser uma obrigação, devendo ser uma faculdade, a ser exercida pelo contribuinte quando ele tiver dúvidas acerca dos efeitos tributários decorrentes dos atos e negócios





jurídicos que praticar. E o contribuinte que exercitar essa faculdade deve ser beneficiado com os efeitos previstos no art. 9º, já que haverá levado voluntariamente ao conhecimento da fiscalização seu planejamento tributário, de modo que não será necessário à fiscalização empreender qualquer esforço para tomar conhecimento das operações realizadas pelo contribuinte (a exemplo do que hoje já ocorre em relação à denúncia espontânea, nos termos do art. 138 do CTN).

Não podendo ser a declaração obrigatória, não pode o contribuinte ser punido por não a efetuar — e, ainda, mais, com a aplicação de multa de 150% e com a equiparação de sua conduta a uma “omissão dolosa” “com intuito de sonegação ou fraude”, o que pode conduzir inclusive à formalização de representação fiscal para fins penais —.

A Constituição Federal consagra também o princípio da legalidade, de modo que só podem ser submetidas à tributação aquelas operações que a lei determina sejam tributadas, sendo vedado à fiscalização cobrar tributo em relação àquelas operações não previstas em lei, por analogia ou por entender que elas representam uma manifestação de capacidade contributiva. Não se pode, por conseguinte, atribuir à fiscalização o poder de determinar quais as operações devem ser declaradas e, consequentemente, submetidas a exigências tributárias.

Além disso, a atribuição à fiscalização do poder para determinar quais as operações devem ser declaradas, sem que a lei fixe qualquer critério ou limite para orientar a atividade da fiscalização, colide com a exigência de segurança jurídica que perpassa a Constituição Federal, já que deixa ao alvedrio da fiscalização a definição das operações que deverão ser declaradas.

A presente emenda busca, portanto, adequar a redação dos arts. 7º e 12 da Medida Provisória à Constituição Federal, tornando facultativa a declaração das operações realizadas pelos contribuintes, eliminando a possibilidade de a fiscalização criar hipóteses além daquelas previstas em lei e excluindo a hipótese de punição do contribuinte em caso de não declaração das operações.

Por tais motivos, contamos com o apoio de nossos pares a fim de aprovar-se a presente emenda, justa e necessária.

Sala da Comissão,

**Senador ROMERO JUCÁ**

